

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO

Estado de Pernambuco



LEI Nº267 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2005.

EMENTA: Estima a RECEITA e fixa a DESPESA para o exercício financeiro de 2006.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA DO CARRO, ESTADO DE PERNAMBUCO, baseado no preceito do artigo 71, §1º, inc IV da LOM, faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL Decretou e eu Sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - O ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE LAGOA DO CARRO, para o exercício financeiro de 2006, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei que estima a RECEITA em R\$ 11.162.000,00 (Onze milhões e cento e sessenta e dois mil reais) e fixa a DESPESA em igual valor, compreende:

- I - O Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;
- II - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todos os fundos, entidades e órgãos da Administração a ele vinculados.

Art. 2º - A RECEITA será realizada mediante arrecadação de tributos, suprimimento de fundos e outras fontes de renda na forma da legislação vigente e das especificações constantes dos anexos e subanexos de acordo com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	R\$	10.879.750,00
Receita Tributária	R\$	438.000,00
Receita Patrimonial	R\$	180.000,00
Receita de Serviços	R\$	165.000,00
Transferências Correntes	R\$	9.892.000,00
Outras Receitas Correntes	R\$	204.750,00
RECEITAS DE CAPITAL	R\$	1.090.000,00
Alienação de Bens	R\$	30.000,00
Transferências de Capital	R\$	1.060.000,00
DEDUÇÕES DE RECEITA P/ FORM. FUNDEF	R\$	(807.750,00)
TOTAL GERAL	R\$	11.162.000,00

Art. 3º - A DESPESA será realizada na forma dos quadros analíticos constantes dos anexos e subanexos, conforme discriminação seguinte:

PELOMUNICIPALEDOLAGOA DO CARRO

Estado de Pernambuco



DESPESAS POR ÓRGÃOS

01.01 – Poder Legislativo	R\$	467.800,00
02.01 – Gabinete do Prefeito	R\$	289.300,00
02.02 – Sec. de Administ. e Planejamento	R\$	962.900,00
02.03 – Secretaria de Finanças	R\$	774.900,00
02.04 – Sec. de Obras, San. e Serv. Públicos	R\$	2.054.000,00
02.05 – Sec. de Educ. Cult. Desp. e Comum.	R\$	3.459.800,00
02.06 – Secretaria de Saúde	R\$	2.424.500,00
02.07 – Secretaria de Transportes	R\$	40.750,00
02.08 – Sec. de Assuntos Jurídicos	R\$	82.200,00
02.09 – Sec. de Agricultura e Meio-Ambiente	R\$	94.450,00
02.10 – Secretaria de Trab. e Ação Social	R\$	511.800,00
TOTAL GERAL	R\$	11.162.000,00

Art. 4º - Estão plenamente assegurados recursos para os investimentos em fase de execução, em conformidade com a Lei que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2006.

DO ORÇAMENTO DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE LAGOA DO CARRO

Art. 5º - O Orçamento do FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE LAGOA DO CARRO - LAGOAPREV para o exercício financeiro de 2006, estima a RECEITA em R\$ 974.000,00 (Novecentos e setenta e quatro mil reais) e fixa DESPESA em igual valor, conforme discriminação em anexos desta Lei.

Art. 6º - A RECEITA será realizada na forma da legislação em vigor, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

RECEITAS CORRENTES.	R\$	964.000,00
Receita de Contribuições.	R\$	748.000,00
Receita Patrimonial	R\$	196.000,00
Outras Receitas Correntes.	R\$	20.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	R\$	10.000,00
Outras Receitas de Capital	R\$	10.000,00
TOTAL	R\$	974.000,00

Art. 7º - A DESPESA será realizada na forma da legislação em vigor, com o seguinte desdobramento:

LEI Nº 1.234 DE 1994 PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO

Estado de Pernambuco



DESPESAS POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

DESPESAS CORRENTES.	R\$	175.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	R\$	135.000,00
Outras Despesas Correntes.	R\$	40.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	799.000,00
Investimentos	R\$	5.000,00
Inversões Financeiras	R\$	794.000,00
Total	R\$	974.000,00

Art. 8º - Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a:

I - Abrir crédito adicional suplementar até o limite de 30% (trinta por cento) do total da Receita estimada nesta Lei, para atender a insuficiência nas dotações orçamentárias, de acordo com o Art. 7º, inciso I e Art. 43 § 1º, incisos I, II e III da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

II - Realizar operações de crédito por antecipação de Receita estimada até o limite de 5% (cinco por cento) do total da Receita estimada nesta Lei, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do Município, de acordo com o que dispõe o Art. 7º, inciso II da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 9º - O limite autorizado no artigo anterior não será onerado quando o crédito se destinar a:

I - atender insuficiências de dotações de um grupo de despesa, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;

II - atender ao pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização e juros da dívida, mediante utilização de recursos provenientes de anulação de dotações;

III - atender despesas financiadas com recursos vinculados a operações de crédito e convênios;

IV - atender insuficiências de outras despesas de custeio e de capital consignadas em Programas de Trabalho das funções Saúde, Assistência, Previdência, e em Programas de Trabalho relacionados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, mediante o cancelamento de dotações das respectivas funções;

Art. 10 - As dotações para pagamento de pessoal e encargos sociais da administração direta, bem como as referentes a servidores colocados à disposição de outros órgãos e entidades, serão movimentadas pelos setores competentes da Secretaria de Administração.

Art. 11 - A utilização das dotações com origem de recursos em convênios ou operações de crédito fica condicionada à celebração dos instrumentos.

Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para o saneamento e habitação em áreas de baixa renda.

Art. 13 - Fica o Poder Executivo autorizado a contrair financiamentos com agências nacionais oficiais de crédito para aplicação em investimentos fixados

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO

Estado de Pernambuco



nesta Lei, bem como a oferecer as contragarantias necessárias à obtenção de garantia do Tesouro Nacional para a realização destes financiamentos.

Art. 14 - O Prefeito, no âmbito do Poder Executivo, poderá adotar parâmetros para utilização das dotações, de forma a compartilhar as despesas à efetiva realização das receitas, para garantir as metas de resultado primário, conforme o Artigo da Lei nº 353/2005, de 13 de setembro de 2005.

Art. 15 - Esta Lei entrará em vigor a partir do dia 1º de janeiro de 2006 e terá vigência até o dia 31 de dezembro do mesmo ano.

Art. 16 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 25 de novembro de 2005.

Antônio Carlos Guerra Barreto
- Prefeito

Certidão
Certifico que nesta data
Registrei e Publiquei a Lei Supra

Fátima Brito Alves Belo
Secretária Executiva



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO
ESTADO DE PERNAMBUCO

Lei nº 267/2005

Estima a receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2006



CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO - PE
CNPJ: 40.893.869/0001-27
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
Código de Autenticidade: **01N6TYTEO450**
Emitido em, 30 de September de 2025 às 15h:35m